



CLIPPING INTERNET
04/11/2019 ATÉ 04/11/2019



INDÍCE

1	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	1.1 SITE IMIRANTE.COM.....	1
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	2
3	FALECIMENTO	
	3.1 BLOG DO MINARD.....	3
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 BLOG DANIEL MATOS.....	4
	4.2 BLOG PRISCILA PETRUS.....	5
5	POSSE	
	5.1 BLOG JO FERNANDES.....	6
6	PRECATÓRIOS	
	6.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	7 8
7	PRESIDÊNCIA	
	7.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	9
	7.2 BLOG JOÃO FILHO.....	10
	7.3 BLOG VIANENSIDADES.....	11
	7.4 INTERNET - OUTROS.....	12
	7.5 SITE G7 MARANHÃO.....	13

Tiago Bardal e Ney Anderson são ouvidos na SSP sobre acusação de espionagem a Jefferson Portela

Por Daniel Matos • segunda-feira, 04 de novembro de 2019 às 11:20

Tiago Bardal (na tela) e Ney Anderson na oitiva na Câmara Federal, que foi proposta pelo deputado Aluísio Mendes

O ex-delegado e ex-chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), condenado, preso e excluído da Polícia Civil por envolvimento em contrabando, e o delegado Ney Anderson, que também atuou no combate ao crime organizado no Maranhão, estão sendo ouvidos, na manhã desta segunda-feira na Corregedoria da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Bardal e Anderson acusam reiteradamente o secretário Jefferson Portela de ter determinado suposta espionagem ilegal a magistrados, políticos e outras autoridades públicas.

Os depoimentos de hoje à Corregedoria da SSP giram em torno do mesmo assunto. Os dois depoentes estão sendo questionados sobre as graves acusações atribuídas a Portela, que, inclusive, foram reforçadas em uma oitiva na Comissão de Segurança Pública da Câmara Federal, em 2 de julho deste ano.

Está prevista, também, uma oitiva com o secretário Jefferson Portela na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados. Na ocasião, ele terá que esclarecer as acusações dos ex-integrantes da Seic. Até o momento, a data em que o titular da SSP será ouvido pelos deputados federais

NOTA DE PESAR | Des Joaquim Figueiredo lamenta falecimento de Lora Cutrim

O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pelo falecimento de senhora Lora Cutrim, ocorrido na madrugada deste sábado.

Irmã do Desembargador aposentado Raimundo Cutrim e do Conselheiro de Tribunal de Contas do Estado, Edmar Cutrim, Dona Lora Cutrim é mãe do Juiz Marcio Cutrim, tia do Desembargador Froz Sobrinho, do Juiz Gladiston Cutrim e dos Deputados Gil Cutrim (Federal) e Glaubert Cutrim (Estadual).

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento da Dona Lora Cutrim, solidarizando-se com seus familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

O velório está sendo realizado será na Central de Velórios da Pax União (Rua Oswaldo Cruz-Centro), na Sala nº 08.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Presidente do TRibunal de Justiça do Maranhão

José Joaquim diz que não disputará presidência do TRE

Publicado em 2 de novembro de 2019 por gilbertoleda

De O Estado

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Joaquim Figueiredo, assumirá uma das cadeiras do Corte Eleitoral e participará das eleições do próximo ano. Segundo ele, em entrevista a O Estado, sua função será mais uma vez de corregedor eleitoral e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Ele disse que já informou que não vai disputar a presidência do tribunal eleitoral.

Ainda a O Estado, o desembargador, que deixará a presidência do TJ em abril do próximo ano, disse que o momento do Poder Judiciário é de buscar comandos que privilegiem a continuação dos trabalhos já iniciados. A referência do magistrado diz respeito a eleição do tribunal que se aproxima da eleição para escolha do novo presidente do TJ.

Os cenários nacionais com declarações de ameaça à democracia e a investigação das denúncias de grampo ilegal contra quatro desembargadores do Maranhão também foram abordados por O Estado.

O Estado: Em maio do próximo ano, o senhor voltará ao TRE. Em anos anteriores o senhor foi de lá, mas recusou assumir a presidência. Em 2020, o senhor pretende presidir a Justiça Eleitoral no Maranhão?

José Joaquim: Antes de responder sua pergunta, quero explicitar porque não quis ser presidente. Comuniquei ao então presidente da Corte da época, desembargador Raimundo Cutrim de que eu almejava permanecer como corregedor eleitoral e vice-presidente. Quando fui do TRE decidi conhecer de perto como funciona a Justiça Eleitoral. Se existe esta história de fraudar eleição. A partir deste momento, passei a organizar as eleições com a participação dos partidos políticos. Fazia reuniões periódicas para passar as informações sobre as regras eleitorais, informar de documentos que eram preciso em cada etapa eleitoral. Funcionários foram capacitados. E um dos resultados disto foi percebido no período de registro de candidatura, que o TRE julgou cada pedido de forma célere, sem tumulto ou prazo apertado.

O Estado: E quanto à presidência do TRE?

José Joaquim: Com a dádiva divina eu serei presidente do TRE, mas não agora. Isto porque a vaga que será aberta com a saída do desembargador Cleones Cunha, o candidato natural será do desembargador Tyrone Silva [atualmente vice-presidente e corregedor eleitoral]. Eu já fiz questão de explicitar isto durante nossa pré-candidatura à eleição para o TRE de que eu renunciaria de disputar a presidência do TRE. Então, eu serei corregedor eleitoral e, logo em seguida, assumirei a presidência do tribunal [eleitoral].

O Estado: Então o senhor será o corregedor eleitoral novamente. Pegará o processo andando, pelo menos o início do procedimento. Como o senhor fará para acompanhar sem que haja prejuízo ao andamento do calendário eleitoral?

José Joaquim: Já informei aos colegas do TRE que a partir de janeiro do próximo ano vou ter um contato mais permanente com os desembargadores Tyrone e Cleones até mesmo quando eu assumir em maio, estaremos a quatro meses para o pleito. Então, queremos conhecer todo o desenrolar do processo em curso. E quando assumir, quero fazer uma reunião com todos os partidos políticos e com todos os juízes eleitorais, que serão os responsáveis pelas eleições que ano que vem serão municipais.

O Estado: As eleições internas do Tribunal de Justiça estão próximas. Nos bastidores se comenta sobre a existências de dois grupos dentro da Corte. Qual o seu grupo e quem será o candidato?

José Joaquim: Eu gosto de dizer que temos aqui 30 grupos porque somente 30 membros da Corte e nós temos integração. Mas o que eu tenho defendido é que não podemos mais pensar no Tribunal de Justiça no amigo, na amiga, ou seja, com algo afetivo. Nós temos que pensar no Poder Judiciário como instituição do poder constituído do estado. Precisamos estar atentos à continuidade do trabalho e isto na nossa gestão foi feito. Mantive todos os diretores que já conheciam cada área do Tribunal. Fizemos a transição e a partir daí fui conhecer o meu tribunal, que administrativamente eu não conhecia. Se eu tivesse feito mudança, poderia não dá continuidade ao trabalho. Ou seja, se o clima de revanchismo prevalecesse, não teríamos avançado na gestão. Então, eu acredito que será neste clima que a eleição do Tribunal no próximo dia 18 de dezembro vai ocorrer. E nós vamos escolher o que é melhor para o Poder Judiciário.

O Estado: Então, na sua opinião, aquele acordo de cavalheiros que existia para a eleição do TJ não cabe mais?

José Joaquim: Nunca houve acordo de cavalheiros. Havia, em alguns momentos, a ideia de que o mais antigo assumiu sem ter concorrência. Mas isto nunca foi fechado. Nós do Tribunal de Justiça é que temos que decidir sobre a eleição. Já tivemos situações diferentes como o caso dos desembargadores Cutrim e Stélio, por exemplo. Chegamos até a outras esferas - desnecessárias até - como o CNJ com denúncias de venda de passagens contra o desembargador Cutrim. Nada provado e o resultado foi a eleição esmagadora com a vitória do desembargador Cutrim. Enfim, o que temos pela Lomam é o que os três desembargadores mais antigos têm o direito de disputar a presidência dos tribunais. Regra esta que já não mais vem sendo obedecidas em alguns tribunais do Brasil e com o aval do CNJ. Mas, nós aqui do Maranhão, respeitamos este regramento. Mas acho que se um dia houvesse a quebra, não seria um fato novo. Repito: já é realidade em outros tribunais.

O Estado: Sobre a situação nacional e seus reflexos locais, claro, e a imagem do Poder Judiciário, na sua visão, há um atropelamento da independência entre os Poderes como preconiza a Constituição?

José Joaquim: Acho que quando você ascende a um cargo público, temos que ter responsabilidade sobre o que pronunciamos. Nenhum chefe de Poder pode falar sem pensar nas consequências. Os poderes são independentes entre si e assim deve continuar. Um exemplo é aqui no Maranhão. Os poderes constituídos têm independência e harmonia e isto é bom para a sociedade. Ao contrário, é péssimo para a sociedade. Agora, voltando ao nível nacional, precisamos ter respeito total à Carta Magna. Quando o presidente da República, por exemplo, de forma dura se dirige de forma desrespeitosa a um dos poderes constituídos, é necessário uma autoanálise do presidente. Ele é uma autoridade e o que ele diz tem um eco muito maior.

O Estado: As declarações do deputado Eduardo Bolsonaro sobre o AI-5, na sua opinião, é preocupante quanto à manutenção da democracia?

José Joaquim: Quanto à declaração do deputado Eduardo Bolsonaro, ele percebeu a repercussão. As autoridades reagiram imediatamente dando uma resposta contundente ao que foi dito. Ele refletiu e pediu desculpas. Prova de que o homem público precisa refletir no que diz. Eu não posso falar o que penso? Claro que não. Não tem imunidade parlamentar que segure declarações que afronta a Carta Magna. E sobre ameaça à democracia, volta do AI-5, de ditadura, eu me recuso a pensar a respeito porque acredito que não temos como retroagir.

Este fato político [a ditadura] é caso pretérito e eu me permito a debater [um possível retorno de uma ditadura] e repudio quaisquer declarações que indiquem esta possibilidade.

Continue lendo: <https://gilbertoleda.com.br/2019/11/02/jose-joaquim-diz-que-nao-disputara-presidencia-do-tre/>

Empossado novo juiz da 2ª Vara da Comarca de Buriticupu

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, empossou, nesta segunda-feira (4), em seu gabinete, o juiz de Direito José Pereira Lima Filho, na 2ª Vara da Comarca de Buriticupu, de entrância intermediária.

O juiz José Pereira Lima Filho, titular da Vara Única da Comarca de Buriti, de entrância inicial, foi promovido pelo critério de merecimento.

Na solenidade, o presidente Joaquim Figueiredo parabenizou o magistrado e garantiu apoio irrestrito do Poder Judiciário do Maranhão nas suas atividades judicantes.

CARREIRA - O juiz ingressou na magistratura em 2015. Foi titularizado na Comarca de Loreto. Após 10 meses foi removido, por antiguidade, para a de Buriti onde ficou de junho de 2016 até a data de hoje.

“Estou feliz com a promoção e sinto renovado o compromisso com a jurisdição. Pretendo realizar um trabalho na 2ª Vara de Buriticupu à altura daquele desenvolvido na Comarca de Buriti”, frisou.

A promoção do juiz José Pereira Lima Filho foi aprovada na sessão plenária administrativa ordinária de 16 de outubro de 2019. (veja aqui) A leitura do termo de posse foi feita pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça, Mário Lobão.

Prestigiaram a cerimônia o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Angelo Santos, e o diretor de Segurança Institucional, tenente-coronel Alexandre Magno de Souza Nunes.

Orquídea Santos

Assessoria de Comunicação do TJMA

João Martins e membros do Fórum da Baixada visitam Presidente do TJMA, acompanhados do deputado Pará Figueiredo

O bequimãoense João Martins, presidente do Fórum em Defesa da Baixada Maranhense (FDBM), acompanhado do deputado estadual Pará Figueiredo e membros da diretoria do FDBM (Luís Figueiredo, Flávio Braga, Expedito Moraes, Ana Creusa Martins e Antonio Valente), participou de uma reunião nesta sexta-feira (01) com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim ...

Tiago Bardal e Ney Anderson são ouvidos na SSP sobre acusação de espionagem a Jefferson Portela

Os depoimentos de hoje à Corregedoria da SSP giram em torno do mesmo assunto. Os dois depoentes estão sendo questionados sobre as graves acusações atribuídas a Portela, que, inclusive, foram reforçadas em uma oitiva na Comissão de Segurança Pública da Câmara Federal, em 2 de julho deste ano.

Priscila Petrus 4 de novembro de 2019 0 94

O ex-delegado e ex-chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), condenado, preso e excluído da Polícia Civil por envolvimento em contrabando, e o delegado Ney Anderson, que também atuou no combate ao crime organizado no Maranhão, estão sendo ouvidos, na manhã desta segunda-feira na Corregedoria da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Bardal e Anderson acusam reiteradamente o secretário Jefferson Portela de ter determinado suposta espionagem ilegal a magistrados, políticos e outras autoridades públicas.

Os depoimentos de hoje à Corregedoria da SSP giram em torno do mesmo assunto. Os dois depoentes estão sendo questionados sobre as graves acusações atribuídas a Portela, que, inclusive, foram reforçadas em uma oitiva na Comissão de Segurança Pública da Câmara Federal, em 2 de julho deste ano.

Está prevista, também, uma oitiva com o secretário Jefferson Portela na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados. Na ocasião, ele terá que esclarecer as acusações dos ex-integrantes da Seic. Até o momento, a data em que o titular da SSP será ouvido pelos deputados federais.

<https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2019/11/04/tiago-bardal-e-ney-anderson-sao-ouvidos-na-ssp-sobre-a-cusacao-de-espionagem-a-jefferson-portela/>

Diretoria do Fórum da Baixada pede apoio do presidente do TJ/MA para projetos da região

O presidente do Fórum em Defesa da Baixada Maranhense (FDBM), João Martins, acompanhado do deputado estadual Pará Figueiredo e de membros da diretoria do FDBM (Luís Figueiredo, Flávio Braga, Expedito Moraes, Ana Creusa Martins e Antônio Valente), participou de uma reunião, nesta sexta-feira (01), com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador Joaquim Figueiredo.

A ideia é criar canais de interlocução com as esferas do Poder Público (estadual e federal), para apoio ao projeto de construção dos Diques da Baixada, anseio antigo dos habitantes da região.

O presidente do TJ/MA, desembargador Joaquim Figueiredo, baixadeiro, filho do município de São João Batista, garantiu que se juntará à luta pelo desenvolvimento da região.

A obra dia Diques da Baixada está sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que fará uma regulação das águas, impedindo a invasão da salinização nos campos da baixada. Com a construção dos diques o prejuízo dos ribeirinhos, pescadores, agricultores e famílias que se sustentam com a produção dos campos da baixada, serão transformados em lucratividades e riquezas.

O projeto prevê a construção de 72 quilômetros de diques, de dois metros de altura cada, beneficiando os municípios de Viana, Matinha, São João Batista, São Vicente Ferrer, Cajapió, São Bento e Bacurituba.

Também estão previstas a reconstrução da barragem da Maria Rita (beneficiando os municípios de São Bento, Palmeirândia, Peri-Mirim e Bequimão) e a construção da ponte sobre o rio Pericumã, ligando Bequimão ao Litoral Ocidental Maranhense. Com esses projetos, a Baixada ampliar seu potencial de geração de trabalho e renda à população da região.

Segundo João Martins, entre as prioridades solicitadas pelo FDBM, estão a pavimentação da Estrada do Peixe (povoado Itans a Matinha), recuperação da barragem do Rio Pericumã em Pinheiro, pavimentação da estrada de Pedro do Rosário a Zé Doca, pavimentação da estrada de Bacurituba a Cajapió, construção da barragem do Rio Maracu em Cajari, implantação do polo turístico da Região dos Lagos, implantação do Campus da UEMA em São Bento, pavimentação da estrada de São João Batista ao Porto da Raposa, reconstrução da barragem do Félix entre Bequimão e Peri Mirim.

Estão elencadas ainda como prioridades, para o desenvolvimento da Baixada Maranhense, a pavimentação da estrada do povoado Santeiro a Pedro do Rosário, remoção das cercas dos campos da Baixada, sobretudo as eletrificadas, regularização, por meio de licitação e concessão, do serviço de ferry boat, recuperação definitiva da MA-014 (Vitória do Mearim a Pinheiro), instalação de antenas de telefonia móvel no Porto de Cujepe, construção da estrada São João Batista-Anajatuba, recuperação das pontes entre São Bento e Bacurituba, disciplinamento da criação de búfalos nos campos da Baixada e construção da estrada de São João Batista a Cajapió. (Via Blog do Vandoval Rodrigues)

João Martins e membros do Fórum da Baixada pedem apoio do presidente do TJ/MA para projetos da região

O presidente do Fórum em Defesa da Baixada Maranhense (FDBM), João Martins, acompanhado do deputado estadual Pará Figueiredo e de membros da diretoria do FDBM (Luís Figueiredo, Flávio Braga, Expedito Moraes, Ana Creusa Martins e Antônio Valente), participou de uma reunião, nesta sexta-feira (01), com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador Joaquim Figueiredo.

A ideia é criar canais de interlocução com as esferas do Poder Público (estadual e federal), para apoio ao projeto de construção dos Diques da Baixada, anseio antigo dos habitantes da região.

O presidente do TJ/MA, desembargador Joaquim Figueiredo, baixadeiro, filho do município de São João Batista, garantiu que se juntará à luta pelo desenvolvimento da região.

A obra dia Diques da Baixada está sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que fará uma regulação das águas, impedindo a invasão da salinização nos campos da baixada. Com a construção dos diques o prejuízo dos ribeirinhos, pescadores, agricultores e famílias que se sustentam com a produção dos campos da baixada, serão transformados em lucratividades e riquezas.

O projeto prevê a construção de 72 quilômetros de diques, de dois metros de altura cada, beneficiando os municípios de Viana, Matinha, São João Batista, São Vicente Ferrer, Cajapió, São Bento e Bacurituba.

Também estão previstas a reconstrução da barragem da Maria Rita (beneficiando os municípios de São Bento, Palmeirândia, Peri-Mirim e Bequimão) e a construção da ponte sobre o rio Pericumã, ligando Bequimão ao Litoral Ocidental Maranhense. Com esses projetos, a Baixada ampliar seu potencial de geração de trabalho e renda à população da região.

Segundo João Martins, entre as prioridades solicitadas pelo FDBM, estão a pavimentação da Estrada do Peixe (povoado Itans a Matinha), recuperação da barragem do Rio Pericumã em Pinheiro, pavimentação da estrada de Pedro do Rosário a Zé Doca, pavimentação da estrada de Bacurituba a Cajapió, construção da barragem do rio Maracu em Cajari, implantação do polo turístico da Região dos Lagos, implantação do campus da UEMA em São Bento, pavimentação da estrada de São João Batista ao Porto da Raposa, reconstrução da barragem do Félix entre Bequimão e Peri Mirim.

Estão elencadas ainda como prioridades, para o desenvolvimento da Baixada Maranhense, a pavimentação da estrada do povoado Santeiro a Pedro do Rosário, remoção das cercas dos campos da Baixada, sobretudo as eletrificadas, regularização, por meio de licitação e concessão, do serviço de ferry boat, recuperação definitiva da MA-014 (Vitória do Mearim a Pinheiro), instalação de antenas de telefonia móvel no Porto de Cujupe, construção da estrada São João Batista-Anajatuba, recuperação das pontes entre São Bento e Bacurituba, disciplinamento da criação de búfalos nos campos da Baixada e construção da estrada de São João Batista a Cajapió.

João Martins se reúne com desembargador José Joaquim Figueiredo

João Martins e membros do Fórum da Baixada reúnem-se com o Presidente do TJMA, acompanhados do deputado Pará Figueiredo

Diretores, deputado e Presidente do TJMA reunidos com membros do Fórum da Baixada
O bequimãoense João Martins, presidente do Fórum em Defesa da Baixada Maranhense (FDBM), acompanhado do deputado estadual Pará Figueiredo e membros da diretoria do FDBM (Luís Figueiredo, Flávio Braga, Expedito Moraes, Ana Creusa Martins e Antonio Valente), participou de uma reunião nesta sexta-feira (01) com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo.

O encontro entre os membros do Fórum em Defesa da Baixada Maranhense, o deputado estadual e o desembargador, busca a construção de um canal de interlocução com as demais esferas do Poder Público (estadual e federal) para reivindicar a construção dos diques da baixada, anseio antigo dos habitantes da região.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, Baixadeiro, filho do município de São João Batista, garantiu ao presidente do Fórum da Baixada, João Martins, que lutará juntamente com o deputado Pará Figueiredo, para que a construção dos diques da Baixada Maranhense se torne realidade.

A obra de infraestrutura está sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que fará uma regulação das águas, impedindo a invasão da salinização nos campos da baixada. Com a construção dos diques o prejuízo dos ribeirinhos, pescadores, agricultores e famílias que se sustentam com a produção dos campos da baixada, serão transformados em lucratividades e riquezas.

O projeto prevê a construção de 72 quilômetros de diques de dois metros de altura cada, beneficiando os municípios de Viana, Matinha, São João Batista, São Vicente Ferrer, Cajapió, São Bento e Bacurituba.

Mas com a construção de estradas vicinais de campo para represar água em fundos de enseadas, a reconstrução da barragem da Maria Rita (beneficiando os municípios de São Bento, Palmeirândia, Peri-Mirim e Bequimão) e construção da ponte sobre o rio Pericumã ligando Bequimão ao Litoral Ocidental Maranhense, a Baixada se transformaria no novo pantanal, gerando riqueza e desenvolvimento para os ribeirinhos.

Entre as prioridades solicitadas pelo FDBM, estão a pavimentação da Estrada do Peixe (povoado Itans a Matinha), recuperação da barragem do Rio Pericumã em Pinheiro, pavimentação da estrada de Pedro do Rosário a Zé Doca, pavimentação da estrada de Bacurituba a Cajapió, construção da barragem do rio Maracu em Cajari, implantação do polo turístico da Região dos Lagos, implantação do campus da UEMA em São Bento, pavimentação da estrada de São João Batista ao Porto da Raposa, reconstrução da barragem do Félix entre Bequimão e Peri Mirim.

Estão elencadas ainda como prioridade para o desenvolvimento da Baixada Maranhense, a pavimentação da estrada do povoado Santeiro a Pedro do Rosário, remoção das cercas dos campos da Baixada, sobretudo as eletrificadas, regularização, por meio de licitação e concessão, do serviço de ferry boat, recuperação definitiva da MA-014 (Vitória do Mearim a Pinheiro), instalação de antenas de telefonia móvel no Porto de Cujupe, construção da estrada São João Batista-Anajatuba, recuperação das pontes entre São Bento e Bacurituba, disciplinamento da criação de búfalos nos campos da Baixada e construção da estrada de São João Batista a Cajapió.

Semana Nacional de Conciliação é aberta no Maranhão

Mais de 11 mil processos estão na pauta de audiências, em todo o Estado.

DIVULGAÇÃO/TJ-MA

SÃO LUÍS - Os trabalhos da XIV Semana Nacional da Conciliação foram iniciados nesta segunda-feira (4) e se estendem até sexta (8). No Maranhão, a abertura do evento aconteceu no Fórum de São Luís (Calhau). Mais de 11 mil processos estão na pauta de audiências, em todo o Estado.

A iniciativa em prol da conciliação, do diálogo e da pacificação social - promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o apoio dos tribunais - está sendo coordenada, no Maranhão, pelo Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

Esta edição tem como tema "Conciliação: todo dia, perto de você". O juiz coordenador do Nupemec, Alexandre Abreu, explica que o objetivo da campanha é reforçar que os métodos alternativos de solução de conflitos estão disponíveis a todos os interessados, diariamente nos tribunais, nos centros de conciliação, em qualquer lugar.

"A conciliação está à disposição da população todos os dias, nos tribunais, nos Cejusc's, em qualquer lugar, por meios físicos ou digitais. Essa, na verdade, é uma campanha nacional e permanente do CNJ e da Justiça em benefício dos cidadãos. Hoje, percebemos que a conciliação é mais do que uma realidade, é um serviço que se incorporou à vida da sociedade, como um instrumento real de garantia de direitos, uma cultura que vem se consolidando", pontuou o magistrado.

Fórum

No Fórum de São Luís, as audiências - pré-processuais e processuais - estão sendo realizadas nas Varas Cíveis e no Centro de Conciliação, a pedido das partes ou indicadas pelas unidades jurisdicionais.

A diretora do Fórum da Capital, juíza Diva Maria de Barros Mendes, enfatizou a importância da política de conciliação adotada pelo Poder Judiciário, das ações desenvolvidas pelo Núcleo e da Semana Nacional.

"Essas iniciativas dinamizam ainda mais a proposta de solução de conflitos por meio da conciliação incentivada diariamente pelo Judiciário. Espero que as pessoas se encontrem, dialoguem e se entendam da melhor forma possível, durante esta Semana Nacional, e sempre".

Acordo

Quem já participou do evento no primeiro dia, aproveitou a oportunidade para sentar numa mesa de negociação, dialogar e chegar a um acordo, de forma simples e efetiva. Foi o caso de Clemilton Neves Mendes, taxista, que participou de uma sessão de conciliação, conduzida pela conciliadora Lucieni Maria Silva, no Cejusc do Fórum.

Ele é autor de uma ação judicial de danos materiais cumulada com lucros cessantes em desfavor de J.R, em trâmite na 9ª Vara Cível. A causa é referente a um acidente de trânsito ocorrido entre o requerido e um parceiro de trabalho de Clemilton, num veículo de sua propriedade, que teve perda total.

Após conversarem e chegarem a um consenso, as partes saíram satisfeitas do local. “É melhor um bom acordo do que uma briga na Justiça, por anos. Dialogar sempre é o melhor caminho. Hoje, finalmente, vou poder dormir tranquilo”, disse o taxista Clemilton Mendes.

O requerido comprometeu-se a apagar ao requerente o valor de R\$ 45 mil reais, em 45 parcelas, no valor R\$ 1 mil cada.

O advogado da parte requerente, Alziran Martins Mendes, ressaltou o diferencial do projeto, ao estimular o diálogo entre as partes. “Aqui, ambas as partes foram beneficiadas, após dialogarem e chegarem a um ‘acordo amigável’. A Justiça está de parabéns por incentivar esse projeto tão importante para a sociedade, que só tem a ganhar, com a conciliação”, frisou o advogado.

Digital

Durante o evento, a comunicação digital entre as partes também é estimulada, a partir do uso de chats, 0800, e-mails, SACs, Ouvidorias, plataforma consumidor.gov, canais disponíveis para esse diálogo.

Os advogados e as partes também possuem a possibilidade de solucionar os conflitos por meio eletrônico, de qualquer lugar (casa, escritório), na sede do TJ-MA e Fóruns, sem a necessidade de agendamento.

Tudo isso é resultado de investimentos realizados pelo Poder Judiciário do Maranhão, que vem estimulado o uso dos meios digitais para aproximar consumidores e empresas, na busca de diálogos que levem à construção de soluções ágeis para as demandas.

Parceria/Uema

Durante a programação da Semana Nacional da Conciliação, em São Luís, a Unidade Móvel do TJMA estará na Universidade Estadual do Maranhão (Uema), na quinta-feira (7), das 8h30 às 12h e das 14h às 17h30, oferecendo diversos serviços aos cidadãos: agendamento de sessões de conciliação, renegociação de dívidas, pensão alimentícia, coleta de DNA, divórcio, guarda de menor, dentre outros.

O evento, que integra parceria do Poder Judiciário com a instituição de ensino, acontecerá durante a Semana Acadêmica da UEMA 2019, no estacionamento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, com a participação e engajamento de professores e estudantes do curso de Direito, além de servidores da Justiça.

Nacional

A Semana Nacional de Conciliação – coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - ocorre anualmente, desde 2006, em parceria com tribunais estaduais, trabalhistas e federais. Durante o mutirão, os tribunais selecionam processos que tenham possibilidade de acordo e convidam as partes envolvidas para tentarem solucionar o conflito, ou as próprias partes também solicitam o devido agendamento na pauta da semana.

Conciliação

A conciliação é orientada pela Resolução CNJ nº 125/2010, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no Âmbito do Poder Judiciário.

Os princípios orientadores da Política do CNJ incluem informalidade, simplicidade, celeridade, oralidade, flexibilidade e economia processual. A solução de conflitos pela via da conciliação dispensa a atuação imediata de advogados e do juiz. Este último apenas valida formalmente os acordos negociados entre as partes.

Para mais informações: Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (98) 3198.4558 ou Telejudiciário (0800-7071581/ 98 3198.4555).

Maranhenses homenageados em Minas

Uma vez por ano, a região de Ouro Preto/Mariana, em Minas Gerais, homenageia juristas brasileiros destacados com a medalha Pedro Aleixo. Neste ano, além de alguns Desembargadores do TJMG, foram agraciados com a honraria os Ministros Eros Grau (STF) e Reynaldo Soares da Fonseca (STJ), bem como o ex-Presidente do TRF/1ª Região, Des. Federal Cândido Arthur Ribeiro e o atual Vice-Presidente do TRF, Des. Federal Kassio Nunes. Estiveram presentes diversos Ministros dos tribunais superiores, desembargadores federais, desembargadores estaduais e juízes federais.

Bolsonaro libera R\$ 8,2 milhões para gestão Flávio Dino pagar precatórios

Ato foi assinado pelo presidente em exercício, Hamilton Mourão (PRTB), na semana passada, e está incluído em lei que libera R\$ 40,5 bi

GILBERTO LÉDA

04/11/2019

Bolsonaro libera R\$ 8,2 milhões para gestão Flávio Dino pagar precatórios

Flávio Dino Bolsonaro

SÃO LUIS - O governo Jair Bolsonaro (PSL) garantiu na semana passada verba extra de R\$ 8,2 milhões ao Governo do Maranhão para o pagamento de precatórios.

O ato foi assinado pelo então presidente em exercício, Hamilton Mourão (PRTB), e e está incluído na lei que libera R\$ 40,5 bilhões para viabilizar o leilão de campos excedentes do pré-sal, previsto para 6 de novembro.

De acordo com a Lei nº 13.893, de 2019, o Ministério de Minas e Energia vai usar R\$ 34,6 bilhões para cumprir um acordo com a Petrobras. Os R\$ 5,9 bilhões restantes serão transferidos para estados, Distrito Federal e municípios, como parte da partilha do bônus de assinatura.

No bojo do dispositivo legal foi incluída a determinação para abertura de um crédito especial de R\$ 16,7 milhões. Desse valor, R\$ 8,2 milhões vão para o Maranhão pagar precatórios, e R\$ 8,5 milhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar subvenção econômica em operações de investimento rural e agroindustrial.

Firmado em 2010, o contrato de cessão onerosa garantia à Petrobras explorar 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal pelo prazo de 40 anos. Em troca, a estatal antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões à União.

Desde 2013, o governo negocia um aditivo de contrato com a empresa devido à desvalorização do preço do barril no mercado internacional. Esse aditivo foi fixado em R\$ 34,6 bilhões. Já a liberação de R\$ 5,9 bilhões para estados, Distrito Federal e municípios foi definida com a aprovação do Projeto de Lei 5.478/2019, sancionado como Lei 13.885, de 2019.

Empréstimo - Segundo dados da gestão Flávio Dino (PCdoB), o atual estoque de precatórios do Estado chega a R\$ 1,426 bilhão.

Para quitar essas dívidas, a gestão comunista já aprovou na Assembleia um projeto autorizando-lhe a tomar empréstimo de R\$ 623 milhões para pagar parte dessa dívida, e o STF determinou que a União autorize a abertura de linha de crédito com esse objetivo.

O governo estadual, no entanto, parece ter adotado postura de maior cautela antes de contrair novo empréstimo depois de o Senado haver aprovado, no início do mês de outubro, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prorroga por quatro anos, de 2024 para 2028, o prazo para que os governos estaduais e municipais paguem os precatórios.

A extensão foi concedida para valores devidos a empresas e, no caso das pessoas físicas, desde que não sejam relacionados a dívidas alimentares - quando a Justiça reconhece que houve prejuízo à fonte de renda.

Recurso extra deve chegar ainda em 2019

Além dos 8,2 milhões liberados agora pelo governo federal, o Governo do Maranhão aguarda por mais uma grande parcela de recurso extra ainda em 2019. Trata-se da verba oriunda de royalties do megaleilão do pré-sal, previsto para ocorrer na próxima quarta-feira, 6.

Também em outubro, o Senado aprovou a PEC que garante a divisão dos recursos desse, a chamada cessão onerosa, com os estados e municípios.

A União espera arrecadar R\$ 106 bilhões com leilões de blocos de pré-sal da plataforma continental. Desse total, R\$ 36 bilhões serão usados para pagar uma dívida com a Petrobras e o restante do dinheiro, R\$ 70 bilhões, será repartido entre os três entes federativos.

Desse total, R\$ 563 milhões ficarão com o Maranhão.

Estado Maior

R\$ 8,2 milhões foi quanto o governo federal liberou ao Governo do Maranhão para ajudar no pagamento de precatórios.